NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 19/Nov

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2457/2020

RONDÔNIA

NOTA DE PESAR - Itamar Calado luz

É com imenso pesar que informamos o falecimento do companheiro Itamar Calado luz, que faleceu nesta quarta-feira (18), mais uma vítima do COVID 19, funcionário da Empresa de vigilância Colúmbia dês de 2015. Com 60 anos, deixa família e amigos.

Nós, do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia, através da Diretoria, lamentamos muito a perda do nosso companheiro. Aos familiares e amigos nossos mais sinceros sentimentos, fica aqui os nossos pêsames. Que Deus conforte os corações de cada um e que fiquem as boas lembranças e exemplos da pessoa querida e trabalhadora que alegrava a todos.

O tempo é de Deus, ele comanda tudo e temos, mesmo com muita dor, aceitar sua vontade. Que descanse em paz.

SINTESV-RO – À DIREÇÃO

Banco do Brasil fecha agências no exterior. Funcionários se dizem traídos

Vicente Nunes

André Brandão assumiu a presidência do Banco do Brasil há dois meses com a promessa de reforçar a atuação da instituição no exterior, de forma a prestar um serviço de excelência aos brasileiros que moram e trabalham fora do país. Mas o que está se vendo é exatamente o contrário. Não por acaso, os funcionários do BB estão se sentindo traídos.

Nas últimas semanas, o Banco do Brasil acelerou o processo de fechamento do escritório de Milão e deve fazer o mesmo com o de Madri e com a agência de Paris, apesar da grande quantidade de brasileiros que vivem na Itália, na Espanha e na França. Os postos, dizem os funcionários, são lucrativos e reforçam a marca do BB na Europa.

O encolhimento do Banco do Brasil no exterior também passará pela redução das atividades em Lisboa e em Viena. Todos essas agências são tradicionalíssimas e funcionam como porta de entrada de importantes negócios de comércio internacional. Não está claro para os funcionários do BB o que quer Brandão, que diz uma coisa e faz outra.

O processo de fechamento de agências do BB no exterior começou na gestão de Rubem Novaes, considerado um dos piores presidentes que a instituição teve. De acordo com funcionários do Banco do Brasil, o desastre da administração de Novaes foi tamanho, que, mesmo sendo amigo dele, o ministro da Economia, Paulo Guedes, celebrou a troca de comando no BB.

Falta transparência ao processo

Quem acompanha de perto a redução do Banco do Brasil no exterior garante que há muita coisa errada no processo, e que nada está sendo feito de forma transparente. Também trabalhos feitos por auditorias da própria instituição estão sendo relegados. “A pergunta é: o que o BB quer esconder?”, diz um funcionário do banco.

Em nota encaminhada ao Blog, o Banco do Brasil diz que “promove, desde o início do ano, processo de reestruturação de suas unidades no exterior com o objetivo de ganhar mais eficiência para sua atuação internacional e apoiar as atividades de comércio exterior dos clientes”.

O BB acrescenta que, “entre as mudanças, estão o reforço da atuação em praças que se mostram mais relevantes em nossa operação comercial e o encerramento em outras que apresentam menor retorno, como foi o caso dos escritórios comerciais de Milão e Madrid, cujas atividades serão absorvidas por outras unidades na Europa”.

Para o Banco do Brasil, “o apoio ao comércio exterior e às atividades comerciais dos nossos clientes no exterior continuam sendo prioritárias”. Assinala, ainda, que seu objetivo é “sempre aumentar a eficiência de sua operação”.

FONTE: BANCARIOS DO SUL

Banco do Brasil proíbe clientes de utilizar serviços das 13 mil lotéricas do país

A decisão do Banco do Brasil de proibir seus clientes de utilizar os serviços das casas lotéricas e o autoatendimento da Caixa Econômica Federal vai prejudicar milhares de brasileiros que vivem nas cidades mais distantes do país, com pouco ou acesso precário à internet, os mais mais velhos, aposentados e pensionistas, que têm dificuldade de usar aplicativos de celulares e quem vive em cidades onde não tem sequer uma agência bancária.

No total, 70 milhões de clientes do Banco do Brasil estão impedidos a partir desta quarta-feira (18) de realizar saques, depósitos, transferências, pagar boletos, inclusive do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e pedir extratos ou qualquer outro serviço oferecido nas 13 mil casas lotéricas espalhadas pelo país.

Os correntistas do banco também não poderão mais utilizar os caixas de autoatendimento da Caixa Econômica Federal. Os clientes da CEF também estão impedidos de utilizar o autoatendimento do BB.

A direção do Banco do Brasil alega tomou esta decisão porque a Caixa queria reajustar os preços dos serviços das lotéricas pegos pelo BB, cujo valor não foi divulgado.

Para o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Gustavo Tabatinga Júnior, o que há por detrás disso é algo muito maior e prejudicial, tanto aos clientes dos dois bancos como para os trabalhadores e trabalhadoras dessas instituições.

A decisão do BB, afirma o dirigente, nada mais é do que uma forma de incentivar o uso do PIX- novo tipo de transferência entre contas que passou a vigorar na última segunda-feira (16), para acabar com o atendimento presencial nos bancos e com isso provocar demissões de trabalhadores.

"As datas de funcionamento do PIX e o fim do contrato para o uso das lotéricas não são meras coincidências. O PIX começou a funcionar na segunda e hoje [quarta] acaba o convênio com a CEF. O que temos visto é o Banco do Brasil incentivar o uso do PIX em detrimento do atendimento presencial", diz Gustavo.

De acordo com ele, a ideia das instituições é acabar com a circulação de notas, de dinheiro vivo, enquanto os trabalhadores são trocados por máquinas e métodos digitais.

O dirigente da Contraf denuncia que, além do BB, outros bancos já começam a demitir como foi o caso do Bradesco, que dispensou dois mil trabalhadores em plena pandemia, e a situação pode piorar caso o Banco do Brasil acabe com o convênio junto aos Correios, como já vem sendo cogitado pela direção.

Para Gustavo, os banqueiros não estão preocupados com seus correntistas que vivem nas periferias das grandes cidades e dos rincões distantes do país, com acesso precário à internet, ou com os mais velhos, aposentados e pensionistas que não dominam o uso de aplicativos de celulares, como é o caso do PIX e outros serviços on-line e, que usam as casas lotéricas para pagar contas e sacar dinheiro.

"Banco tem cofre, não tem coração. Um banco não vê pessoas, vê números, enquanto o movimento sindical vê gente. Por isso estamos preocupados porque há um desinteresse em fornecer atendimento humano a essa parcela da população que não sabe ou não consegue acessar os canais digitais", critica Gustavo.

"Todo este conjunto de mudanças que estão sendo realizadas pelo Banco do Brasil faz parte de mais um ataque aos bancos públicos, de redução de custos, e os maiores prejudicados são os trabalhadores e a população que necessita de seus serviços", conclui o secretário-geral da Contraf- CUT.

Fonte: Rosely Rocha com edição de Marize Muniz – CUT Brasil

STF julga se 'trabalho intermitente' é constitucional

O plenário do STF pode julgar se o trabalho intermitente é constitucional. Esse tipo de contrato foi admitido pela reforma trabalhista de Michel Temer de 2017

Loguercio: "Informalidade se manteve ou até mesmo cresceu, e os empregos formais foram se transformando em empregos precários"

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) pode julgar nesta quinta-feira (19) se o trabalho intermitente é constitucional. Admitido pela reforma trabalhista de Michel Temer, na lei 13.467/2017, esse tipo de contrato de trabalho tem sido questionado por representantes dos trabalhadores. O modelo "rompe com a promessa de pleno emprego e de valorização do trabalho humano", valores previstos na Constituição. É o que diz o advogado José Eymard Loguercio, sócio da LBS Advogados, que representa a CUT no processo.

Em entrevista a Hyndara Freitas, no portal Jota, Loguercio afirma que a ideia de que o contrato intermitente seria capaz de "formalizar" informais "não se concretiza uma vez que o que se verificou nesse período foi que a informalidade se manteve ou até mesmo cresceu, e os empregos formais foram se transformando em empregos precários".

Enquanto empregadores defendem o modelo como forma de tornar as contratações mais flexíveis e criar mais empregos, entidades de trabalhadores defendem frente a esse julgamento no STF que o trabalho intermitente agrava a precarização do trabalho.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) atua como amicus curiae na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 5826, que tem como relator o ministro Edson Fachin, que foi ajuizada em 2017 pela Federação Nacional Dos Empregados Em Postos De Serviços De Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro). A entidade questiona os dispositivos da CLT, inseridos pela reforma, que preveem o contrato de trabalho intermitente.

FONTE: RBA

Fila do INSS cresce e chega a 1,84 milhão de pedidos a serem analisados

Crise parece não ter fim. Ao anunciar medidas, governo prometeu que fila seria zerada em seis meses, mas prazo está longe de ser cumprido

AGÊNCIA BRASIL/ARQUIVO

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) acumula cerca de 1,85 milhão de requerimentos de benefícios a serem analisados. O dado, entregue no último dia 10 de novembro ao Metrópoles, indica que a crise da autarquia, intensificada com a aprovação da reforma da Previdência, não tem data para acabar.

A fila do INSS tomou corpo em meio ao caos provocado pela pandemia do novo coronavírus. Em abril deste ano, por exemplo, aproximadamente 1,54 milhão de pedidos aguardavam o despacho do instituto. Já em setembro, esse número subiu para 1,81 milhão – alta de 17% dentro de um período de cinco meses.

Atualmente, há cerca de 777,6 mil benefícios à espera do cumprimento de exigência – processo que depende do segurado – e 1,07 milhão de pedidos que aguardam a análise do INSS. "A título de ilustração, a média mensal de novos requerimentos está em torno de 800 mil solicitações", explicou o instituto.

Na avaliação da presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), Adriane Bramante, a pandemia do novo coronavírus foi um dos principais fatores responsáveis pelo aumento da fila nos últimos meses, uma vez que as agências de Previdência Social (APS) ficaram fechadas entre março e setembro.

"A pandemia virou tudo de ponta-cabeça. Além da demanda da reforma da Previdência, tivemos outras necessidades relacionadas à Covid-19, como a antecipação do auxílio-doença. Sem atendimento presencial, isso ficou de forma virtual, com o envio do atestado. Então, foi preciso aguardar a conclusão desses processos", pontua Adriane.

Somado a isso, muitos pedidos ficaram represados, pois o INSS demorou a implantar o sistema com as novas regras alteradas pela reforma da Previdência. "A reforma saiu em novembro de 2019, e nós tivemos um sistema somente em maio deste ano. Então, ficou muito tempo parado", completa a presidente do IBDP.

Boa parte desses pedidos a serem analisados é de segurados que precisam de perícia médica. Em setembro, ao menos 790,3 mil requerimentos aguardavam na fila. Apesar da reabertura, muitas pessoas tiveram de cancelar o serviço por causa do impasse entre os peritos e o próprio instituto.

Devido a essa situação, o Tribunal de Contas da União (TCU) exigiu que o governo

federal elaborasse protocolo para que as perícias médicas também fossem realizadas virtualmente. A experiência piloto com uso da telemedicina começou na segunda-feira (16/11) e vai até o dia 31 de janeiro de 2021.

Histórico

A fila do INSS aproximou-se de 3 milhões de pedidos em 2019. Em razão da crise, o governo do presidente Jair Bolsonaro anunciou, em janeiro deste ano, uma série de medidas – entre elas, a contratação temporária de 7,4 mil militares inativos das Forças Armadas e servidores aposentados para ajudar na análise dos requerimentos.

As ações, porém, não lograram êxito. Em junho, o INSS informou que 5,3 mil servidores foram selecionados para atuar nas agências, mas, segundo dados da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores da Previdência (Fenasps), o instituto contratou somente 2,9 mil pessoas.

A atual situação contraria a previsão do próprio governo. Durante o anúncio dessa iniciativa, inclusive, o então secretário de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, hoje titular do Ministério do Desenvolvimento Social, disse que a expectativa era zerar a fila do INSS após seis meses da "efetiva implementação das medidas".

Em 29 de abril deste ano, o INSS afirmou, após questionado pelo Metrópoles, que, "até outubro, terá analisado todos os requerimentos com mais de 45 dias, ficando apenas os dependentes de cumprimento de exigências por parte dos requerentes, ou seja, aqueles que dependem do segurado para serem finalizados".

A autarquia federal e a Secretaria de Previdência e Trabalho, do Ministério da Economia, foram procuradas na sexta-feira (13/11) para prestarem novos esclarecimentos sobre a extensão da fila de pedidos de benefícios que aguardam análise, mas não se manifestaram até esta publicação. O espaço segue aberto.

De acordo com dados fornecidos pelo INSS, contudo, o prazo médio de conclusão dos requerimentos, atualmente de 42 dias, tem diminuído ao longo dos últimos meses. "Esse tempo, em março deste ano, era de 67 dias. No ano passado, passou de 90 dias no segundo semestre", complementou o instituto, em nota.

Acordo firmado

Na segunda-feira (16/11), o INSS firmou acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério Público Federal (MPF) para analisar os pedidos de benefícios em até 90 dias. A medida também suspende ações judiciais que tramitam em primeira instância e no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a demora de análise.

Em casos de benefício por incapacidade temporária (auxílio-doença), por exemplo, o INSS terá 45 dias para finalizar a análise. Já na pensão por morte, 60 dias, e para o salário-maternidade, 30 dias. Os prazos estabelecidos começarão a valer seis meses após a homologação do acordo pela Suprema Corte.

O pacto, no entanto, tem sido criticado. Segundo a presidente do IBDP, a decisão de suspender as ações judiciais sem o consentimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) "é grave", uma vez que os advogados também fazem parte desses processos, inclusive daqueles que estão em andamento.

"Hoje, já existem prazos para análise desses benefícios na legislação – o problema é que o INSS não os cumpre", frisa. "E como assim suspender a ação judicial sem falar com a OAB? Muitos segurados entram com mandado de segurança para forçar o INSS a analisar o benefício dentro do período estipulado", finaliza Adriane Bramante.

Fonte: TÁCIO LORRAN - Metropoles

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos
Colaboração: Jacqueline Barbosa
Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF